

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO.....	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI.....	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA.....	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI.....	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS.....	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO.....	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO.....	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“A análise da relação da mídia com os movimentos sociais precisa ser pensada a partir dos grupos econômicos que controlam os meios de comunicação, que condicionam a montagem das linhas editoriais”, Iris Pacheco.

“A imprensa no Brasil é a vanguarda do pensamento conservador e da direita; ela não é uma simples ressonância desse processo”, Miguel Stedile.

“É preciso lutar pela democratização e contra o monopólio da mídia. Somente assim poderemos romper com esse poder que a grande imprensa tem no Brasil de construir, para além do discurso, as linhas políticas para a sociedade”, Solange Engelmann.

MIGUEL STEDILE
SOLANGE ENGELMANN
IRIS PACHECO

Comunicação e organicidade do MST

Mayrá S. Lima¹
Felipe Canova Gonçalves²

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais movimentos sociais da América Latina, referência quando o método de protesto são as ocupações de terra. É um dos movimentos sociais que mais sofrem com processos de criminalização da luta social. Nos meios de comunicação, essa criminalização costuma ser caracterizada por meio de narrativas que tipificam

¹ Jornalista, mestra em Ciências Sociais e doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília. É pesquisadora do grupo Democracia e Desigualdades (Demodê). Também é integrante do setor de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E-mail: mayra.lima@gmail.com

² Doutorando em Comunicação (PPGCOM-UnB) e professor da Licenciatura em Educação do Campo, campus Planaltina da Universidade de Brasília, nas áreas de audiovisual, artes visuais e comunicação comunitária. Integra o Coletivo Nacional de Cultura do MST. E-mail: canovagoncalves@gmail.com

ações legítimas como um crime. Para detalhar este fenômeno, a entrevista foi realizada, de forma simultânea, com os três últimos dirigentes do setor de comunicação do MST: Miguel Stedile, historiador, coordenou a comunicação do MST entre os anos de 2001 a 2010; Solange Engelmann, jornalista e doutoranda em comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenou a comunicação do MST entre os anos de 2010 e 2016 e Iris Pacheco, jornalista formada pelo curso de Jornalismo da Terra da Universidade Federal do Ceará, coordena a comunicação do MST desde 2016.

Primeiro, seria interessante que vocês se apresentassem.

Miguel Stedile: Hoje, eu coordeno o Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis (RS), mas atuei no setor de comunicação de 1997 a 2010 e na coordenação do setor por sete anos. Entrei no MST através da minha família, que participou da fundação do Movimento e passei a militar no MST no início de 1997 aqui no RS, que é onde eu construí minha militância. A partir de 2001, eu assumi algumas tarefas no setor nacional, onde permaneci até 2010. Sou formado e pós-graduado em História, mas antes eu comecei o curso de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e na Universidade do Rio Sinos (Unisinos), mas não concluí. Cheguei a cursar cinco anos de Jornalismo.

Solange Engelmann: Participo do setor de comunicação a partir da sua executiva³. Eu entrei no MST em 1996, a partir da minha família que morava (e ainda mora) em um assentamento no Paraná. Iniciei minha militância na região noroeste do Paraná, atuando com cooperativas dos assentados. Depois me desloquei para Maringá, onde estudei Jornalismo. Fui para Curitiba, onde comecei a atuar no setor de comunicação desde 2004. Assumi a coordenação do setor por cinco anos. Hoje também faço doutorado em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Iris Pacheco: Sou filha de assentado, cresci na primeira área de assentamento do MST da Bahia, então o meu envolvimento com o MST vem da minha família, que ajudou a fundar o MST no estado da Bahia. A partir deste processo, envolvi-me nas atividades internas de Cultura, Comunicação e Juventude de dentro do assentamento. Em 2007, eu contribuí na secretaria regional do MST e depois com o coletivo estadual de Juventude, Comunicação e Cultura. Em 2009, eu entro no curso de Jornalismo da Terra, promovido pela Universidade Federal do Ceará em

³ Coletivo de pessoas que possuem a tarefa de coordenar o setor de comunicação do MST em suas diversas frentes de atuação

parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Formei em 2013. Neste período de estudos, atuei na assessoria de comunicação do Escritório do MST em Brasília e, atualmente, faço parte da coordenação nacional do setor, compondo também a Direção Nacional do MST. Sou também especialista em Teologia das Religiões Afrobrasileiras e estou cursando uma especialização em Estudos Latinoamericanos, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes.

Como foi o surgimento do setor de comunicação do MST?

Miguel Stedile: Na verdade, a tarefa de comunicação no MST é anterior ao setor. É anterior ao próprio movimento. É importante citar as ocupações que a gente chama de embriões do MST, antes da fundação. É no acampamento da Encruzilhada Natalino, em 1981 no Rio Grande do Sul, como que surge o Boletim Sem Terra mimeografado. O Boletim faz parte do contexto de luta do acampamento ter sido transformado em área de segurança nacional e, ao mesmo tempo, receber muito apoio da sociedade. Com a conquista da área da Encruzilhada Natalino, o Boletim vai funcionar para a articulação da fundação do MST em 1984. Quando o movimento é fundado como um movimento nacional, ele é oficializado como o porta-voz principal do MST.

A partir daí, a tarefa de comunicação no MST é articulada com a produção do Jornal Sem Terra, na secretaria nacional, juntamente com a experiência da Rádio Aparecida, em SP. Era um programa que a Secretaria Nacional mantinha na década de 1980. Em 1996, a Direção Nacional do MST chama um seminário com alguns dirigentes e que daí surge a necessidade da construção de um setor nacional de comunicação. A militante Judite Stronzake foi a primeira coordenadora do setor.

A comunicação é sempre a tradução da estratégia do movimento, então de acordo com a estratégia do movimento no período, a comunicação assume determinadas tarefas. No primeiro momento, que é o da gestação, a comunicação ajuda a organizar o MST e também ajuda na construção na organicidade do movimento. Quando a organicidade do movimento precisa que algumas pessoas se especializem em determinadas tarefas, como educação, cultura, saúde etc, a comunicação também aparece como demanda. O que tinha nos estados, até então, eram os zeladores do Jornal Sem Terra. Passa depois a ter essa organização da forma que temos até hoje, de coordenação e de outras tarefas que incentiva os estados a desenvolver iniciativas próprias.

Solange Engelmann: O setor se inicia na década de 1990, muito ligado ao Jornal Sem Terra. Inicialmente, a comunicação se vinculava ao setor de educação, depois a comunicação se torna um setor específico dentro do MST. Oficialmente, o setor de comunicação do MST nasce no início dos anos 2000, mas o processo é anterior, sendo datado desde as primeiras ocupações de terra, como o exemplo da Encruzilhada Natalino. Ali já existia a necessidade de romper o isolamento

físico e de comunicação com o resto da sociedade. Como Miguel já colocou, a comunicação do MST contribui no processo de articulação com os próprios Sem Terras. Cumpre o papel de trazer a pessoa sem terra para o MST, e depois contribui para internalizar as linhas políticas do MST, contribui ainda para o processo de territorialização do MST no Brasil. Após a oficialização do setor, ele passa a trabalhar por frentes de atuação⁴ e, com seus acúmulos, passa a ter protagonismo enquanto um setor que organiza o processo de comunicação do MST.

Iris Pacheco: Nesse primeiro momento que a gente fala da comunicação e a organicidade do MST, nesse período de gestação do movimento, é preciso ressaltar que é um processo interno, mas também é bastante externo do ponto de vista da gente pautar junto à sociedade qual a estratégia do MST. Mesmo que a gente não tivesse, dentro da nossa organicidade, consolidado um setor, a comunicação seria pensada como uma tática de movimento. Aproveitando que o Miguel citou o programa da Rádio Aparecida, ele foi feito em 1987 e 1988, de forma semanal e tinha alcance nacional. Ou seja, além do Jornal Sem Terra, as rádios cumpriram um papel fundamental para o MST. Depois, começamos a trabalhar com as nossas rádios postes nos acampamentos para auxiliar essa comunicação interna, com a base, mas já no meio da década de 1990 a gente começa a ter as primeiras experiências de rádios em assentamentos, por frequência modulada.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Iris Pacheco: Até mesmo devido ao golpe no Brasil de 2016, vários contextos foram mudados. Pensando no próprio contexto da luta de classes, os movimentos sociais têm esse papel central, não só de organizar, mas também de mobilizar o povo em torno do enfrentamento direto com uma estrutura de sociedade que o capital nos impõe. Como movimento social, ele contribui do ponto de vista de ter uma organicidade interna que redirecione para uma estratégia política que, de fato, vá se concretizar para uma transformação social mais na frente. Então, trazendo para a nossa realidade de movimento social do campo, o papel que o MST cumpre no último período vai se alterando de acordo com a conjuntura do enfrentamento que a gente sofre no campo, com a mudança deste capital que a gente lida no campo. A gente pode perceber isso com a estrutura do agronegócio, que tende a se alterar com os processos de estrangeirização, principalmente pautados pelo golpe, mas a gente sabe que é um processo que estava em curso anteriormente. O golpe vem enfatizar essa grande leva de retrocessos que a gente vem sentindo no último período.

⁴ O setor de comunicação do MST é dividido nas seguintes frentes de atuação: assessoria de comunicação, produção de conteúdo e redes sociais, digital e rádio.

A gente também percebe, levando em conta a pauta da criminalização, como no último período a gente tem tido um enfrentamento maior e nós, movimentos camponeses, sentimos isso de forma muito mais direta. Temos percebido uma maior criminalização da luta no Brasil, não necessariamente só proveniente dos movimentos sociais, mas de forma mais ampla.

Solange Engelmann: Os movimentos sociais têm o papel muito grande de mobilização social, organização e formação. Eles têm o papel de organizar a classe trabalhadora, seja ela no campo, ou na cidade. Depende então de um processo de mobilização social, de organização interna, de formação constante. Os que não possuem formação, a gente percebe que são movimentos que entram em contradição mais facilmente. Hoje, principalmente, com esse processo de golpe à democracia, os movimentos sociais têm esse papel central com estes três pilares, até mesmo para entender a conjuntura política. Os movimentos sociais no Brasil são as frentes que a gente tem hoje para a reivindicação de direitos básicos; a luta pela terra, a luta por trabalho, a luta por educação etc. Sem os movimentos sociais no Brasil, nós teríamos um retrocesso imenso. Então os movimentos sociais têm um papel central na organização da classe trabalhadora, na reivindicação por melhores condições de vida e na luta por transformação social, pensando de forma ideal.

Na conjuntura de golpe que a gente vive, percebe-se que o papel dos movimentos mudou um pouco. Antes, no período das eleições dos governos do PT, os movimentos sociais aprofundaram a luta por melhores condições de vida, e agora a gente está num processo de retração. Os movimentos estão tendo que lutar para manter direitos já conquistados. Estamos numa luta constante para tentar assegurar os direitos já conquistados ao longo de décadas e após a abertura democrática. É preciso se criar outros movimentos, concentrar em outras frentes.

Miguel Stedile: Normalmente, os movimentos sociais atuam muito em torno de pautas pontuais. Nesse movimento que a Solange chama a atenção, da luta para não perder direitos, obriga o conjunto dos movimentos sociais no Brasil a ter uma visão para além do pontual, ter uma visão um pouco mais de projeto, de conseguir juntar os pontos. Por exemplo, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a reforma do ensino médio, essas questões não podem ser vistas isoladamente. Elas fazem parte de um projeto das elites, inclusive internacional. Então, quando os movimentos entram em confronto, nem que seja para manter os direitos conquistados, obriga os movimentos a terem uma visão para além da sua luta pontual. Se a gente for pensar o ano de 2016, para quem está no Rio Grande do Sul, tivemos poucas ocupações de terra, mas em compensação, passamos o ano em mobilizações que eram de luta política, contra o golpe. Isso alarga os horizontes do movimento social, que é uma mudança importante em consequência das questões que a Solange chamou a atenção.

Do ponto de vista de vocês, como podemos descrever a imprensa brasileira?

Iris Pacheco: Se fosse para sintetizar, sintetizaríamos em ultraconservadora e hegemônica! Principalmente pensando no papel que ela cumpre na nossa sociedade no que se refere ao abalamento da nossa jovem democracia e ao próprio desenvolvimento dessa sociedade. O papel de não pensar a comunicação como um direito humano, de não fortalecer um debate público sobre as formas de defender e garantir, ou promover esse direito, é fundamental para pensar a estrutura que temos de comunicação. Essa instituição “imprensa”, a mídia, é teoricamente uma das mais respeitadas, do ponto de vista de estar na casa de todo brasileiro de forma cotidiana, como ela é incluída na sociedade e como ela contribui em vários contextos, sejam eles positivos, ou negativos. A gente tem uma estrutura que é extremamente concentrada, monopolizada que não favorece a gente ter uma análise de mídia mais ampla se for pensar a comunicação como um direito humano. E a gente pode ver as tendências de coberturas noticiosas que a gente tem no país, relacionadas aos próprios movimentos sociais: como os acertos e desafios não são apontados, principalmente nas narrativas jornalísticas. É um setor que é conservador, cujo papel dentro do golpe demonstra o seu conservadorismo.

Solange Engelmann: No Brasil, a maioria das análises mostra que a mídia brasileira trata qualquer organização social de forma negativa e, geralmente, a informação é manipulada. Ela tem um trabalho forte de deslegitimação de qualquer organização social dos trabalhadores que mobilize para uma causa. Nós temos um monopólio de menos de 10 famílias que dominam a estrutura de comunicação no Brasil. Temos um monopólio horizontal de TV, rádio, jornal e agora canal de internet. A mídia brasileira não tem um projeto de defender o Brasil enquanto uma nação. Ela tem um projeto com o capital. Então a gente vê no Brasil uma defesa grande das várias frentes do capital, ainda que seja fortemente mantida com dinheiro público, sem esquecer nas empresas internacionais e transnacionais.

Com o golpe, a gente vê a mídia a serviço de um projeto que retira direitos conquistados. É um projeto que se coloca a partir do capital, que procura aumentar a exploração dos trabalhadores. Em reação aos movimentos sociais, há momentos de brechas, em que conseguimos ter alguma visibilidade, mas essa visibilidade só se dá mediante a luta social. Mesmo assim, a mídia procura deslegitimar qualquer tipo de organização social. Um exemplo disso foi a narrativa usada contra a greve geral, ao afirmar que a não presença de pessoas nas ruas significava um fracasso do movimento, deturpando o próprio sentido de uma greve, cujo objetivo é literalmente parar.

A mídia brasileira não tem um projeto de país democrático. E também o Estado brasileiro não tem um projeto de comunicação pública. Pelo fato dos governos petistas não terem feito

movimentos no sentido e democratizar a mídia, hoje a gente paga um preço muito caro, principalmente após o golpe, com manipulação de discursos que vão para a toda a sociedade.

Miguel Stedile: Tanto Iris, quanto a Solange descreveram bem o quadro. Temos uma mídia bastante concentrada, que está completamente vinculada a interesses econômicos, inclusive internacionais. Estamos diante de uma mídia que não tem um projeto nacional, ou que considere a democracia, a participação popular. Então, trata-se de um projeto excludente e que passa pela própria forma como a mídia atua na exclusão do povo como protagonista em qualquer situação. É uma mídia que está a serviço da construção de uma hegemonia, de uma visão de mundo, onde não cabe um projeto diferente, onde não cabe um projeto alternativo, onde não cabe sequer a contestação desse projeto, dessa visão de mundo que eles constroem. Então, tudo que vai à contramão dessa visão de mundo que a mídia estabelece, ele é criminalizado, é enquadrado, ou é ocultado.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Iris Pacheco: A análise da relação da mídia com os movimentos sociais precisa ser pensada a partir dos grupos econômicos que controlam os meios de comunicação, que condicionam a montagem das linhas editoriais. A gente sabe que alguns veículos nunca vão pautar a luta do MST de forma positiva. A gente tem alguns veículos que a linha editorial é muito expressiva no que se refere a um contexto de criminalização da luta social. Exemplos podem ser vistos nas coberturas da Rede Globo, da Revista Veja. Um exemplo recente foi a cobertura da 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária, que aconteceu em São Paulo, no mês de maio. A forma como ela foi retratada na Band⁵ é um exemplo de como uma pauta positiva, de venda de produtos sem venenos, foi deturpada intencionalmente para criminalizar o MST e a luta política no país. Mas isso não significa que não conseguimos pautar nossa causa em outros meios de comunicação não orientados à esquerda política, apesar de percebermos que isso acontece mais em períodos de mobilização social.

No nosso campo, por outro lado, avançamos muito no processo de construção de uma comunicação que consegue, minimamente, colocar a nossa narrativa. A gente sempre fala que somos pequenos em alcance e amplitude, mas, aos poucos, estamos construindo narrativas que conseguem se contrapor, isso aliado a uma estratégia política da organização, de pensar de como

⁵ Matéria exibida no Jornal da Band “Parque público é usado para evento do MST”: <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/ultimos-videos/16209342/parque-publico-e-usado-para-realizacao-de-evento-do-mst.html>. Acesso em 29 de maio de 2017.

as ações de comunicação podem ser aliadas deste processo de disputa de uma outra narrativa. As feiras da reforma agrária, os processos de alfabetização com o método cubano, “Sim, eu posso” são exemplos. Nesse cenário, temos o jornal Brasil de Fato que vem se destacando nessa disputa de narrativas, enquanto um meio de comunicação orientado à esquerda política.

Miguel Stedile: A Iris foi muito feliz no exemplo sobre a 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária. Essa feira aconteceu na maior cidade do país e da América Latina com uma grande diversidade de produção, mas a única pauta que a imprensa conseguiu pegar é uma suposta ilegalidade com o uso do parque, que deu espaço à feira. Ao contrário de outros períodos, a linha editorial dos meios de comunicação hoje não permite mais aquelas brechas já mencionadas. Hoje, tem uma unidade muito grande, principalmente a partir do golpe, que em outros momentos era, ao menos, tolerável até ter, dentro de uma visão hegemônica sobre os movimentos sociais, brechas que fugissem um pouco disso. Era até importante para manter o verniz democrático dos meios de comunicação, ou para dar uma ideia de tolerância.

Parece-me que no último período, talvez desde 2015 com mais intensidade, virou como que palavra de ordem a criminalização. Eu não vejo nos grandes meios de comunicação espaço para respirar, ou para qualquer outro tipo de furo, como em outros momentos se conseguia. De você ter outra abordagem sobre essa discussão dos movimentos sociais nos próprios meios de comunicação. E isso acaba sendo bastante desproporcional ao nosso enfrentamento. Para cada revista Carta Capital, que não é necessariamente uma revista de esquerda, mas onde tem espaço mais de oposição ao projeto das elites e que acaba, por conta disso, abrindo espaço para temas camponeses, você tem uma ‘Veja’, uma ‘Isto é’ com milhões de exemplares. Na imprensa, no jornal diário, a mesma coisa, mesmo que ele tenha perdido certa importância. A própria estrutura dos impressos e eletrônicos só foi reproduzida para o meio digital. Ou seja, 80% do conteúdo passa pelo UOL, pelo crescimento do G1, que reproduzem os mesmos proprietários, a mesma linha editorial.

Estamos construindo novas alternativas, nos meios digitais, onde os custos permitem melhorar a nossa atuação, a exemplo do Brasil de Fato. Há muitos exemplos locais, tal como o Sul 21 (RS), o jornal Pequeno, no Maranhão, mas eu acho que ainda falta nós entrarmos melhor no eletrônico, onde há experiências como a TVT, nos sinais de cabo da grande São Paulo e o próprio Brasil de Fato, que tem tido experiências de rádio em São Paulo e em Pernambuco. Mas ainda é uma luta bastante desproporcional. Nesse último período a criminalização dos movimentos sociais erradicou a possibilidade de outras pautas mais positivas dentro dos veículos tradicionais. A palavra de ordem ou é ocultar, ou é criminalizar. Imagina isso quando se dá na luta social, que é o exemplo que a Solange citou da greve geral. Se vender produto orgânico consegue ser criminalizado, imagina uma greve geral!

Solange Engelmann: A gente vive um momento em que se percebe os interesses dos meios em criminalizar a luta social e os movimentos sociais. Antes tínhamos algumas brechas, como na Record, na Globo e no Canal Rural. Nós tínhamos alguns espaços. Hoje, isso é muito difícil. A única brecha que foi meio uma surpresa foi a matéria sobre a produção de arroz orgânico do MST do Rio Grande do Sul, que saiu na BBC⁶ e que o UOL reproduziu. Só que essa matéria, já havia algum tempo que a assessoria do MST tentava pautar, mas saiu em um momento importante, quando a Band cobriu a 2ª Feira da Reforma Agrária de forma bastante ruim.

No entanto, o que chamamos de brechas na imprensa vem sendo reduzidas. A gente tem uma linha editorial hegemônica que é contra dos movimentos sociais de forma muito forte. Pensando em mídia alternativa, se formos comparar com qualquer site, como o G1 e O Globo, com a Carta Capital, ou Brasil de Fato, parece que se está falando de dois Brasis completamente diferentes. Há ainda também o *The Intercept*, na internet, que traz um pouco o olhar sobre o Brasil a partir de uma visão estrangeira. Tirando os meios de esquerda e alguns outros que ainda fazem jornalismo, como o *The Intercept*, é muito difícil dizer que a mídia monopolizada do Brasil faz jornalismo quando se trata dos movimentos sociais. É muito mais uma propaganda, ou do Governo, ou do capital, que jornalismo.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Miguel Stedile: Tem um nível do tratamento da imprensa disso tudo que falamos até agora que começa pelo mais banal: toda mobilização, independente se é do MST, a pauta central é sempre o problema que causa no trânsito. Chega a ser infantil, mas é o primeiro pontapé. Outra coisa habitual é que as notícias sobre movimentos sociais nos jornais impressos estão sempre localizadas próximo às de polícia. Da mesma forma acontece no jornalismo eletrônico, quando o MST aparece no chamado “Bloco do Crime”, sempre junto das más notícias.

Ao longo desses 33 anos de MST, há um conjunto de estereótipos que foram construídos em relação ao movimento que, de alguma maneira, acabam, inclusive, se enraizando no senso comum e a gente vai vendo isso, na concretude, nas caixas de comentários de redes sociais. Há a narrativa de que o movimento transforma a luta pela terra em um negócio. Então os acampados conquistam a terra, sugam os recursos públicos e, depois, vendem essa terra e vão acampar de novos; como se o emprego da pessoa fosse ser acampado. No fundo, o que a mídia faz é tentar ocultar o agronegócio e o latifúndio dessa equação. Só existe Sem Terra, por que existe concentração de terra e existe o latifúndio.

⁶ Matéria “Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina” <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>. Acesso em 29 de maio de 2017.

Além dessa da venda de terras, o estereótipo padrão é da violência, que tem a ver com a ideia do que se espera da população em geral: do “conversando que a gente se entende”, ou que a democracia representativa vai solucionar os problemas e, portanto, o brasileiro deve ser um homem cordial. Então, todo àquele que quebra essa lógica, ou quando os movimentos sociais que atuam, na maioria das vezes, fora do espaço institucional, eles têm que ser enquadrados como fora da ordem, como violentos, como irracionais; que está fora de moda, que o MST pertence a uma ideologia superada, que o muro de Berlim já caiu e o MST continua falando de outra sociedade que não seja o capitalismo... Esses são os estereótipos mais frequentes.

O movimento que a mídia faz é transferir o raciocínio do problema da questão da estrutura da terra, para a questão do individual dos sujeitos. De um modo geral, é esse o padrão da estereotipação: movimentos sociais violentos, irracionais e que pregam uma ideologia “superada”.

Iris Pacheco: Uma coisa que a gente tem observado durante as nossas ações, como a organização de feiras de produtos da reforma agrária, seja ela nacional, ou realizada nos estados, é essa construção que se faz em torno do movimento: de que o Sem Terra que produz alimento é lindo e maravilhoso, mas o Sem Terra que ocupa a terra é o vândalo, é o marginal. Isso é fruto dessa estereotipação que se constrói, como o Miguel já abordou. E um dos desafios que a gente tem enfrentado é justamente essa explicação: que para ter alimentos da reforma agrária, é necessário antes fazer a luta política. No caso do MST, essa luta se dá prioritariamente nas ocupações de terra, no trancamento de estradas, de ocupação de espaços institucionais para levar a pauta da reforma agrária.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Solange Engelmann: A mídia brasileira, hoje, identifica-se com esses atores do golpe: agronegócio, a associação das indústrias, o Congresso brasileiro. A mídia está muito atrelada com os projetos de estrangeirização no país, com o projeto de entreguismo, com projetos que exauram a terra para a produção de matéria-prima para exportação e com isso trazer recursos para pagar a dívida. Dívida esta que a gente não sabe o quanto de juros que pagamos, mas que coloca o agronegócio em um papel muito forte, de um ator que sustenta a balança comercial. Ao mesmo tempo, temos a agricultura do pequeno produtor que sustenta e traz essa possibilidade da alimentação, com 70% de cobertura.

Então, a mídia está muito voltada para o avanço do conservadorismo, é antidemocrática, pois não privilegia os princípios da democracia. Nesse sentido, a mídia atua como um freio em relação às

lutas. Não que ela vá impedir, mas ela tenta derrotar a narrativa da necessidade dessas lutas. Ela tenta demonstrar que, no campo, a reforma agrária não é mais necessária, que o agronegócio já deu conta. Na cidade, tenta demonstrar que é preciso avançar no que eles chamam de “modernização das leis trabalhistas”, que a gente sabe é uma grande mentira, que é um avanço da precarização das relações de trabalho e uma piora das condições de vida. A mídia faz um desserviço em relação a isso; ela barra, tenta manipular, tenta criar uma barreira em relação aos discursos e narrativas das necessidades de organização e de luta dos trabalhadores, para denunciar esse processo de retrocessos.

Iris Pacheco: A mídia é bastante alinhada com alguns atores, como a bancada ruralista, com sua frente parlamentar superestruturada do ponto de vista da comunicação. Esse alinhamento midiático-político se dá por meio do desmonte de espaços políticos que, até então, pautavam a reforma agrária, os direitos da população indígena e quilombola, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Outro exemplo é o desmonte da própria Empresa Brasil de Comunicação (EBC), muito pautada pelo governo golpista. A gente sentiu bastante nas últimas mobilizações as diferenças nesse espaço que deveria ser de comunicação pública, ainda que haja críticas à sua estrutura anterior ao golpe.

Além da construção das narrativas que Solange descreveu, que contrapõem ao que a gente constrói, há um movimento de invisibilização dessa luta política; é como se ela não existisse no cenário brasileiro. Não se apresenta o enfrentamento político direto; é como se construísse outra realidade que a gente não vivencia. Isso é muito perceptível quando a gente transita em espaços de quem não está organizado em movimentos sociais; o quanto essa grande mídia pauta a população brasileira para um olhar não crítico para a realidade vivenciada.

Miguel Stedile: Iris e Solange colocaram muito bem essas relações intrínsecas entre o projeto econômico e as elites e os meios de comunicação. Mas o que a gente também tem que destacar no Brasil é que os meios de comunicação não são apenas a expressão desse bloco político empresarial; eles são centrais nisso. Se a gente pegar as manifestações de 2013, que elas começam à esquerda e, depois, há um movimento para se apropriar dessas manifestações, o papel da Rede Globo em endireitar essas manifestações foi fundamental. E no período do pré-golpe, em abril de 2016, também se pode ver a Globo cumprindo um papel de projetar e colocar esses falsos protagonistas, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua etc, tentando criar a ideia de que era um movimento nacional, de que não era partidário.

No caso de 2013, a imprensa sai na frente desse bloco político-industrial para dizer qual é o caminho. Ela não simplesmente faz coro para a ideologia desses setores dominantes; ela produz a ideologia desses setores dominantes. Vamos exemplificar com a revista Veja, que é o caso mais extremo: é uma revista que tem uma história nos anos 1980 que optou pelo caminho da direita

desde o final dos anos 1980, mas ainda por uma direita menos raivosa. Nos anos 2000, a Veja incorpora um discurso que é muito identificado com o discurso neoconservador estadunidense; uma linha muito próxima da FOX. No entanto, no Brasil, a direita vinha num processo no Brasil, ilustrado principalmente pelo PSDB, que é a ideia de uma direita civilizada. E se hoje a gente tem a perspectiva de uma candidatura Bolsonaro, se a gente tem uma série de situações extremistas, a Veja puxou isso muito antes. A revista foi sinalizando para este caminho ultraconservador e ultraliberal, onde a narrativa central é que o Estado não pode intervir em nada, que não seja na ação policial. Isso é muito comum nos Estados Unidos, mas é estranho no Brasil.

A gente sempre teve uma elite que dependeu muito do Estado e continua dependendo, mas que tinha um discurso dúbio em relação ao Estado. E nos últimos anos foi se fortalecendo o discurso da ultraliberalização, da retirada do Estado de tudo, inclusive do campo, da reforma agrária, dos direitos e a imprensa teve um papel central nisso. A imprensa no Brasil é a vanguarda do pensamento conservador e da direita; ela não é uma simples ressonância desse processo.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Miguel Stedile: Parece-me que os correspondentes estrangeiros no Brasil trabalham em uma dinâmica diferente de seus colegas brasileiros. Normalmente, são mais experientes, já possuem outras vivências e têm tempo para fazer o básico do jornalismo – que o jornalismo tradicional tem abandonado – que é uma apuração com mais tempo, sem pressão cotidiana por prazos. Ao ouvir diversas fontes, e, desta forma, fazer o básico do jornalismo, mesmo as matérias que não são favoráveis aos movimentos sociais já são distintas à criminalização generalizada que os meios da grande imprensa veiculam.

O exemplo mais interessante de grande mídia, ou até esquizofrênico, é a redação do *El País* no Brasil. A matriz espanhola é conservadora e a redação aqui, por outro lado, tem colocado um olhar mais plural sobre determinadas situações. A própria BBC também, mesmo que trabalhe com correspondentes brasileiros, não necessariamente estrangeiros.

É importante lembrar que os governos brasileiros temem bastante a repercussão internacional dos fatos locais. Quanto à repercussão externa de um episódio da luta pela terra, o caso clássico da pressão internacional sobre o governo, via imprensa internacional, foi o massacre de Eldorado de Carajás. Essa tragédia teve impacto maior num primeiro momento fora do país e isso obrigou o governo de Fernando Henrique Cardoso a mudar a postura em relação à questão agrária, a assumir os conflitos no campo como um problema. Porém, apenas com o processo de mobilização posterior, sobretudo com a marcha em protesto contra a impunidade no ano de 1997, o governo

teve que tomar medidas mais efetivas no campo da reforma agrária. Outro exemplo emblemático, dez anos depois, foi o caso da ação das mulheres camponesas na empresa Aracruz, no Rio Grande do Sul. Inicialmente, a imprensa partiu para uma linha de criminalização violenta em uníssono na cobertura da ação das mulheres, porque a Aracruz representava naquele momento um projeto econômico e agrário em torno do qual havia um consenso das elites. Novamente a cobertura internacional permitiu colocar outros pontos de vista.

De modo geral, a imprensa brasileira é uníssona nesse tratamento criminalizado ao movimento. Então, a mídia internacional minimamente permite alguns respiros e, por tabela, consegue pressionar o governo brasileiro desde fora gerando uma sensibilização sobre nossas pautas. Agora, para vermos que não é algo homogêneo, o tratamento que a imprensa internacional deu ao impeachment da Dilma foi muito ruim, em grande parte reproduzindo o mesmo discurso que a imprensa fazia aqui. Mesmo veículos mais ponderados, como o *Le Monde*, na França, defendiam a ideia de uma destituição de governo corrupto por pressão popular. Só depois daquela votação na Câmara dos Deputados é que acendeu o alerta da imprensa internacional.

Iris Pacheco: concordo com o Miguel sobre essa diferença de abordagem e do próprio modo de fazer jornalismo. Um ponto importante é o peso da internet nesse processo, pois ela altera as rotinas produtivas e diminui ainda mais a responsabilidade dos meios brasileiros com o compromisso de fazer comunicação de maneira equilibrada.

Como exemplo recente, chama atenção a cobertura da greve geral (28/04/2017) pelos meios de comunicação internacionais. Eles seguiram uma linha de denúncia dos impactos que as reformas poderão ter no país e essa linha está afinada com o discurso dos movimentos que organizaram a greve. Isso foi importante para confrontar uma narrativa hegemônica de ocultamento que vinha se construindo sobre a greve e valoriza a demonstração de força popular em um momento como o que vivemos hoje.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Iris Pacheco: eu entendo que hoje nossa estratégia central é construir pautas sobre a luta política, daquilo que nos visibiliza de fato, entendendo que estamos nas ruas e em busca do diálogo com a sociedade de uma forma direta. Estamos, por exemplo, associando as realizações concretas da reforma agrária com eventos como a Feira da Reforma Agrária em São Paulo e nos estados, ou o programa de alfabetização “Sim Eu Posso” no Maranhão, à nossa luta política mais ampla. Acredito que, desta forma, criamos um instrumento poderoso de diálogo com a sociedade e até mesmo de furar alguns bloqueios que têm sido impostos do ponto de vista midiático. Fazemos

constantemente esse acompanhamento no dia-a-dia, em nosso trabalho do Setor de Comunicação do MST, avaliando o que tem boa recepção, o que não funcionou, medindo quais os impactos de certas ações do movimento. Então, determinados tipos de pauta que tem mais receptividade passam a ser centrais para a construção da nossa narrativa da luta política.

Um exemplo interessante do ponto de vista de atuação e mobilização no diálogo com a sociedade foi a denúncia e o repúdio à invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) pela polícia paulista, ocorrida no dia 4 de novembro de 2016. Na nossa avaliação, a rápida mobilização contrária à ação da polícia representou um momento importante, especialmente por termos conseguido unir a atuação política e a comunicação. Conseguimos, com um forte trabalho nas redes, alcançar uma ação de denúncia mais ampla com repercussão nacional e internacional. Ou seja, conseguimos evitar um direcionamento da cobertura à criminalização e legitimação da invasão policial e, além disso, se a gente não conseguisse visibilidade, com certeza teríamos impactos negativos para dentro do próprio movimento.

Solange Engelmann: é importante estarmos atentos à mídia, porque é na mídia e no discurso que se disputa o projeto de sociedade. Logicamente, a mídia e os movimentos sociais têm projetos diferentes e essa disputa de hegemonia e de visibilidade na esfera pública se dá principalmente pelos meios. Mesmo a internet, que emerge como possibilidade de ampliação dessa disputa de hegemonia, também está concentrada nos grandes meios. O MST promove essa disputa de projetos de sociedade na luta política, na ação reivindicatória ou de denúncia, mas precisa fazer essa disputa no discurso também e está consciente disso. Retomando a história de outros movimentos sociais, a exemplo dos zapatistas, entendemos que eles não foram reprimidos pelo governo mexicano porque se apropriaram de forma eficaz da internet, mesmo sendo embrionário quando ocorreram as grandes mobilizações zapatistas nos anos 1990.

Em relação às estratégias, devemos construir e fortalecer os nossos meios, pensando de que forma eles possam assumir um viés mais massivo. É preciso avançar nisso urgentemente e é por isso que estamos investindo esforços em redes sociais e internet, porém não devemos abandonar as rádios.

Ao mesmo tempo, os movimentos precisam encontrar formas de disputar a mídia hegemônica. E, para que isto ocorra, precisamos colocar na nossa pauta política a questão da democratização da comunicação. É preciso lutar pela democratização e contra o monopólio da mídia. Somente assim poderemos romper com esse poder que a grande imprensa tem no Brasil de construir, para além do discurso, as linhas políticas para a sociedade. Como grande parte dos brasileiros tem pouco acesso aos meios alternativos e a internet ainda não chegou ao cotidiano da população mais pobre, precisamos ter no nosso horizonte a luta pela democratização dos meios, pela comunicação pública, em paralelo com a construção dos nossos meios.

Miguel Stedile: como vimos ao longo dessa conversa, a mídia consegue produzir uma quantidade diária de “estragos” sobre o movimento social, o que demonstra a importância desse espaço. Os meios dominantes se posicionam como um intermediário entre a camada política e a população em geral, então mesmo com todas as críticas que o movimento tem feito, não podemos ignorar esse espaço e que a disputa nele é parte fundamental da nossa estratégia.

Reconhecer isso não significa, de maneira nenhuma, adotar ações midiáticas ou de viés publicitário, ou mesmo retroceder na luta e nas pautas para sermos assimilados pela imprensa. O que os movimentos fazem muito bem, por um lado, é seguir construindo ações de massa que forcem essa mídia a dar visibilidade para nossas ações e pautas. Logo, uma parte dessa batalha se dá nas ruas. Por outro lado, é importante também dialogar com o profissional de imprensa. Mesmo sabendo que será uma tarefa difícil, porque diversas vezes, independente das condições de trabalho e da crescente precarização da profissão, ele se identifica muito mais com o proprietário do que com quem está nas ruas lutando por direitos.

Creio que, para os movimentos, tão importante quanto às ações de massa é a construção dos nossos veículos e de outras formas de comunicação. Eu acho que é um campo de batalha extenso e que não é estanque. Há momentos em que a sociedade, de maneira organizada, acaba obrigando a imprensa a mudar a sua abordagem e seu posicionamento em relação aos movimentos e as lutas sociais. E há momentos como esse que nós estamos vivendo em que esse projeto do capital tem muito mais força e permite que os meios de comunicação tenham um papel muito mais criminalizante e repressor. Enfim, é um processo de disputa permanente que se dá tanto nos meios quanto nas ruas.

Outro aspecto abordado pelo MST é o da formação em agitação e propaganda. Como esse instrumento tão utilizado pelos partidos políticos na década de 1960 ajuda o MST no combate à criminalização?

Solange Engelmann: Formar nossos próprios quadros e, nesse processo, refletir coletivamente qual o caráter da disputa que devemos travar em cada momento no campo da comunicação tornou-se algo fundamental para o MST. O movimento acredita que com a agitação e propaganda e o esforço articulado na comunicação seja possível, de alguma forma, traduzir o projeto de reforma agrária popular para a sociedade brasileira. E, além disso, fortalecer esse projeto para dentro do próprio movimento, para nossa base social, para os territórios da reforma agrária. Se fizermos isso na base, diretamente com a sociedade, o diálogo é mais fácil e é possível burlar o discurso midiático, que filtra, ou manipula a nossa narrativa.

Um elemento a se considerar nesse debate dos profissionais no movimento é que a vinda de jornalistas de fora, por mais que trouxesse uma boa capacidade técnica, demandava um esforço grande de inserção desses profissionais na dinâmica de um movimento social complexo como o

MST. Essa demanda não existe com os nossos sujeitos, acampados e assentados do movimento, que se formam jornalistas, além da importância de reconhecer e estimular as habilidades da nossa base social.

Miguel Stedile: A formação em Agitação e Propaganda (agitprop) surge da necessidade do MST formar, aos poucos, seus próprios quadros técnicos nessa área. As características da base e da militância do movimento, muitas vezes com dificuldade de escolarização, associada aos poucos jornalistas com disponibilidade de atuar no movimento social ampliaram a percepção da demanda de formação contínua.

Rapidamente, o movimento percebeu que não se tratava simplesmente de uma apreensão da técnica, ou seja, que esta técnica ela não era neutra. E ao fazer esses debates, necessariamente os espaços de capacitação se tornaram espaços de reflexão que permitiram mudar a qualidade da ação do movimento nessa área da comunicação.

Se olharmos os primeiros cursos e oficinas, por exemplo, a oficina nacional de cultura e rádio, o caráter da formação era voltado à apropriação das técnicas: como gravar um programa de rádio, como escrever uma matéria, como editar, etc. Com o tempo, tornam-se espaços mais consistentes, que são os cursos. A primeira turma de comunicação popular, que aconteceu no Iterra⁷ no começo dos anos 2000, tinha essa característica de escolarização e capacitação técnica. E, por ser um curso de três anos de ensino médio com qualificação profissional, acabou não só formando militantes que foram se inserindo nesse processo, como abrindo espaços mais amplos de reflexão.

Nessa época havia um acirramento da luta de classes no campo, especialmente com o fortalecimento do agronegócio, o que implicava numa formação mais rápida. Isso coincidiu com o surgimento da Escola Nacional Florestan Fernandes, que permitiu a criação de um curso que fosse exclusivamente para comunicação e cultura, no qual conseguimos aprofundar essas questões e, novamente, não se restringia à técnica. Como desdobramento disso, naturalmente emergiu a necessidade de uma formação mais qualificada com o curso de Jornalismo da Terra.

A Universidade é, na nossa sociedade, a portadora de uma forma de produção de conhecimento diferenciada. A forma de produção de conhecimento no movimento social é muito empírica, lembrando o que a igreja católica chamava no trabalho de base de “ver, julgar e agir”. Já o pensamento na universidade exige necessariamente uma abstração, uma apropriação menos pragmática e por isso mais sofisticada. Então, num momento em que o movimento passou a conquistar os espaços formais de capacitação, era natural que nós fossemos buscar essa capacitação no nível da graduação também em comunicação.

⁷ Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas da Reforma Agrária

A agitação e propaganda (agitprop) acaba sendo impulsionada no MST pelos cursos e suas reflexões. Desde 2003, o MST discutia a necessidade de retomar o conceito e a atividade da agitprop de uma forma mais organizada, porque já ela vinha acontecendo no movimento, mas não com esse nome. E, como o debate tateava muito em torno do que tinha acontecido em experiências históricas dos anos 1960 e na própria história de luta do MST, esses cursos acabaram servindo como laboratório, junto com a marcha nacional do movimento em 2005, para que a agitprop saísse do campo do conceito e fosse sistematizada, reapropriada e reconstruída nessa nova lógica da luta contra o agronegócio e dos desafios do nosso período histórico.

Iris Pacheco: o MST, nesses processos de formação, passou, gradualmente, a considerar a comunicação como uma esfera política que deve estar diretamente associada à estratégia do movimento e construída com essa perspectiva. Entender que a comunicação não é um elemento técnico neutro, encerrado em uma dinâmica própria, nem uma ferramenta que se tenha em mente quando o movimento fará grandes ações e demandas de divulgação das pautas de reivindicação, são outros saldos desses processos formativos. Esse debate, aliás, ele precisa ser estendido para o conjunto dos movimentos sociais.

O momento que vivemos atualmente nos mostra o quanto essas formações são necessárias e devem ser retomadas. Por exemplo, um debate central hoje para nós é a relação entre tecnologia e luta de classes. Para avançar nessa reflexão, recriamos no MST um coletivo de tecnologia da informação, estimulado também por um curso de formação neste tema na Escola Nacional Florestan Fernandes. Temas como segurança, difusão das lutas nas mídias digitais, socialização de técnicas, etc., estão sendo debatidos coletivamente e poderão nos impulsionar em novas formas de diálogo com a sociedade.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

